

# AO

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

**SECRETARIA-EXECUTIVA**

**SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES**

**Assunto:** Diligência 01

**Referência:** Pregão Eletrônico nº 11/2023

**Processo Administrativo** Nº 08084.005021/2023-45

**Objeto:** Registro de preços para Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de apoio administrativo, com execução realizada mediante alocação pela contratada de empregados em regime de mão de obra com dedicação exclusiva, para os cargos de Recepcionista, Apoio administrativo nível I, Carregadores e Encarregado (Grupo 1), na cidade de Brasília/DF, com disponibilização de solução tecnológica para fiscalização e gestão contratual, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos

## **DILIGÊNCIA 01 - QUESTIONAMENTOS:**

Após a análise da área demandante, verificou-se a necessidade de diligenciar a proposta comercial, exequibilidade dos preços ofertados, especificações do objeto e habilitação técnica da licitante:

Em análise preliminar, foi identificado a necessidade dos seguintes ajustes/esclarecimentos:

- a) A proposta para o Grupo 1 menciona os cargos do Grupo 2 no quadro que descreve as convenções coletivas e no texto que descreve o objeto.

**Resposta:** Proposta corrigida.

- b) No que concerne aos tributos federais (PIS e COFINS), a licitante informa em sua planilha de custo as alíquotas relativas ao regime de incidência cumulativa (0,65% e 3%). Contudo, infere-se da documentação encaminhada pela empresa que o regime ao qual ela encontra-se submetida é o regime misto (cumulativo e não cumulativo), desse modo, a licitante deverá observar o disposto no item 7.5 do Edital, que dispõe que se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**Resposta:** Ajustado em planilha, segue novamente os documentos que comprovam as médias de PIS e COFINS dos 12 (doze) meses.

- c) A licitante pretende se valer do benefício da desoneração da folha de pagamento previsto na Lei nº 12.546/2011, tendo apresentado junto à sua documentação o seu cartão CNPJ onde consta a informação que a atividade principal da empresa se enquadra na Divisão 43, Grupo 43.2 do Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), o que enquadraria no inciso IV do art. 7º da Lei 12.546/2011, autorizando, pelo menos em tese, o recolhimento da contribuição previdenciária na forma do art. 7º-A daquela Lei. Contudo, para que a empresa se valha da desoneração com base na alíquota da CPRB sobre o faturamento, em vez da Contribuição Patronal de 20% sobre a folha de pagamento, a proponente deverá justificar e apresentar documentos aptos a demonstrar, de maneira clara e inequívoca, que no último ano-calendário a receita bruta proveniente da atividade desonerada foi preponderante em relação a receita obtida com as demais atividades secundárias não desoneradas.

**Resposta:** Quanto à determinação de comprovar a desoneração da folha de pagamento importa esclarecer que a maioria dos contratos que a RCS possui com

a Administração Pública refere-se à prestação de serviços de manutenção predial e instalações elétricas, inclusive com fornecimento de material e subcontratação, cujos serviços são acompanhados por engenheiros.

Encaminhamos junto a esta diligência a Declaração da EFD-Reinf que comprova a título de CPRB-Lei 12.546/2011 para o devido recolhimento da Contribuição Previdenciária pelo sistema DCTFWEB, conforme envio realizado junto a proposta ajustada (Ato declaratório da RFB), juntamente com a comprovação de CPRB.

A contribuição da RCS sobre a receita bruta **está vinculada ao seu enquadramento no CNAE 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica**, porque nosso maior faturamento é referente a ele, ou seja, está enquadrada no art. 9º, §9º da Lei nº 12.546/2011 e não no § 5º deste mesmo artigo, o que a exclui automaticamente das determinações do § 1º deste artigo. Convém repetir:

*LEI 12.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011*

*Art. 7º Poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991:*

*(...)*

*IV – as empresas do setor de construção civil, enquadradas nos grupos 412, **432**, 433 e 439 da CNAE 2.0;*

*VII – as empresas de construção de obras de infraestrutura, enquadradas nos grupos 421, 422, 429 e 431 da CNAE 2.0.*

*Art. 9º. Para fins do disposto nos arts. 7º e 8º desta Lei:*

*(...)*

***“§ 9º as empresas para as quais a substituição da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento pela contribuição sobre a receita bruta estiver vinculada ao seu enquadramento no CNAE deverão considerar apenas o CNAE relativo a sua atividade principal, assim considerada aquela de maior receita auferida ou esperada, não lhes sendo aplicado o disposto no § 1º.” (grifo nosso)***

A implementação da incidência sobre a receita bruta se deu, em termos práticos, por meio da criação de um novo tributo, a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), que consiste na aplicação de uma alíquota a depender da atividade, do setor econômico (CNAE) e do produto fabricado (NCM), sobre a receita bruta mensal.

Segundo o manual da Receita Federal sobre a desoneração da folha de pagamento que pode ser encontrado neste link: <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/RenunciaFiscal/Desoneracaodafolha.pdf>, a medida abrange os seguintes contribuintes:

*“(…)*

- (i) que auferiram receita bruta decorrente do exercício de determinadas atividades elencadas na Lei nº 12.546/2011;*
- (ii) que auferiram receita bruta decorrente da fabricação de determinados produtos listados por NCM na Lei nº 12.546/2011;*
- (iii) **que estão enquadrados em determinados códigos CNAE previstos na Lei nº 12.546/2011. (Este é o caso da RCS)***

*Os contribuintes que se encontram nas situações (i) e (ii) descritas acima, que auferirem receitas decorrente de outras atividades e/ou de outros produtos não elencados na Lei nº 12.546/2011, deverão continuar a apurar a contribuição previdenciária patronal com base na folha de salários, e realizar o recolhimento proporcionalmente ao montante de sua receita total (§ 1º do art. 9º).”*

A RCS está enquadrada na situação (iii), prevista no § 9º, que diz claramente que *“as empresas para as quais a substituição da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento pela contribuição sobre a receita bruta estiver vinculada ao seu enquadramento no CNAE deverão considerar APENAS O CNAE RELATIVO A SUA ATIVIDADE PRINCIPAL, assim considerada aquela de maior receita auferida ou esperada, **não lhes sendo aplicado o disposto no § 1o.**”*

A contribuição da RCS sobre a receita bruta **está vinculada ao seu enquadramento no CNAE 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica**, porque nosso maior faturamento é referente a ele, ou seja, está enquadrada no art. 9º, §9º da Lei nº

12.546/2011 e não no § 5º deste mesmo artigo, o que a exclui automaticamente das determinações do § 1º deste artigo. Convém repetir:

*LEI 12.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011*

*Art. 7º Poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991:*

*(...)*

*IV – as empresas do setor de construção civil, enquadradas nos grupos 412, **432**, 433 e 439 da CNAE 2.0;*

*VII – as empresas de construção de obras de infraestrutura, enquadradas nos grupos 421, 422, 429 e 431 da CNAE 2.0.*

*Art. 9º. Para fins do disposto nos arts. 7º e 8º desta Lei:*

*(...)*

***“§ 9o as empresas para as quais a substituição da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento pela contribuição sobre a receita bruta estiver vinculada ao seu enquadramento no CNAE deverão considerar apenas o CNAE relativo a sua atividade principal, assim considerada aquela de maior receita auferida ou esperada, não lhes sendo aplicado o disposto no § 1o.” (grifo nosso)***

Por essa razão, a RCS deve manter a aplicação do índice para o CPRB no patamar de 4,5% (quatro vírgula cinquenta por cento), **independentemente da atividade objeto do Pregão Eletrônico nº 11/2023**, devendo esta pagar a CPRB sobre a receita de **TODAS as atividades**, conforme muito bem definido pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão 480/2015.

Em complemento, segue planilha da EFD, **de cada mês dos anos de 2022 e 2023**, que comprova que os contratos desonerados faturam mais que os contratos desonerados, bastando observar que o PIS e COFINS recolhido na maior atividade é de 0,65 e 3,0, relacionando ao CNAE 4321-5/00.

Através deste documento oficial (EFD Contribuições), enviando ao fisco mensalmente acerca do Pis e Confins, é comprovado que a receita majoritária está enquadrada nos CNAES

41, 42 ou 43 (cujos desonerados) - da área de construção civil - obedecendo a legislação: **inciso XX, art. 10, Lei 10.833/2003**, in verbis:

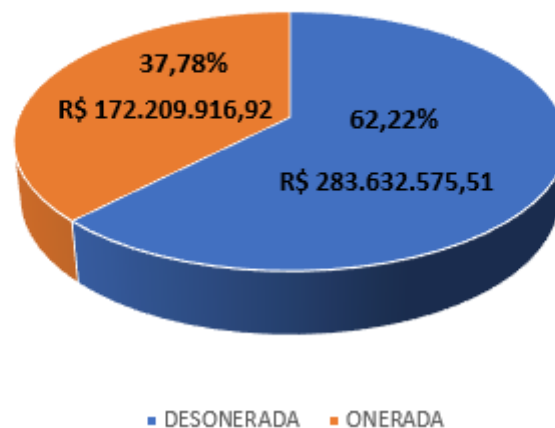
*Art. 10. Permanecem sujeitas às normas da legislação da COFINS, vigentes anteriormente a esta Lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1o a 8o:*

**XX - as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil; (grifo nosso)**

Comprovação fiscal com a EFD período 01/01/2022 a 31/12/2022

Período de Apuração: 01/01/2022 a 31/12/2022									
CST	Alíquota PIS	Alíquota COFINS	Registro	Valor da Receita Bruta	Base de Cálculo Pis/Pasep	Base de Cálculo COFINS	Valor PIS/PASEP	Valor COFINS	Proporção
01	0,6500	3,0000	C180	R\$ 283.632.575,51	283.632.575,51	283.632.575,51	1.843.611,03	8.508.976,66	62,22%
01	1,6500	7,6000	C180	R\$ 172.209.916,92	172.209.916,92	172.209.916,92	2.841.457,34	13.087.953,63	37,78%
Subtotais por Bloco: C				455.842.492,43	455.842.492,43	455.842.492,43	4.685.068,37	21.596.930,29	
01	1,6500	7,6000	F100	1.840,11	1.840,11	1.840,11	30,36	139,85	
Subtotais por Bloco: F				1.840,11	1.840,11	1.840,11	30,36	139,85	
02	0,6500	4,0000	F100	1.665.419,66	1.665.419,66	1.665.419,66	10.825,21	66.616,86	
Subtotais por Bloco: F				1.665.419,66	1.665.419,66	1.665.419,66	10.825,21	66.616,86	
Total Geral:				457.509.752,20	457.509.752,20	457.509.752,20	4.695.923,94	21.663.687,00	

### Faturamento Desonerado x Onerado



Cálculo comprobatório a comprovação fiscal EFD referente a declaração de contratos firmados.

Rótulos de Linha	Soma de VALOR TOTAL ANUAL FATURADO EM 2022	% FATURADO/FATURAMENTO TOTAL
CNAE 43.21-5-00	R\$ 283.632.575,51	62,22%
CNAE 78.20-5-00	R\$ 172.209.916,92	37,78%
Total Geral	R\$ 455.842.492,43	100,00%

Qualquer dúvida que possa pairar, estamos à disposição para maiores esclarecimentos.

## CONCLUSÃO

Importante ainda destacar que estamos à disposição do Ministério da Justiça para realizar todas as diligências que se façam necessárias, a fim de sanar qualquer dúvida cerca da proposta da RCS. Lembre-se que o TCU indicou ser dever da Administração a promoção de diligências para o saneamento de eventuais falhas na proposta, desde que não seja alterado o valor global proposto, senão vejamos:

*“A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratantes realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto.” (Acórdão 2.546/2015 – Plenário).*

Ante o exposto, ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos e demais alterações que se façam necessárias.

RCS TECNOLOGIA LTDA  
RODRIGO DA COSTA SILVA  
SÓCIO DIRETOR / ENGENHEIRO CIVIL  
CREA 16327/D-DF  
RG 1.844.668 SSP/DF  
CPF 871.384.251-04

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.

Brasília- DF, 05 de janeiro de 2024.

RCS TECNOLOGIA LTDA  
Rodrigo da Costa Silva  
Socio diretor